



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE “POBREZA” E “BOLSA FAMÍLIA” PARA MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14975>



Camila Cavaler

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil

Marieli Mezari Vitali

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil

Maiara Landro

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil

Luiz Felipe Andrade Quadros

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - Brasil

Amanda Castro

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - Brasil

Jacks Soratto

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - Brasil



Resumo

A presente pesquisa objetivou identificar as representações sociais da pobreza e do bolsa família para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda de um município do Sul de Santa Catarina. Participaram deste estudo 26 mulheres, selecionadas por amostragem por conveniência. Fez-se uso do teste de associação livre como instrumento de coleta de dados. As participantes escreveram as cinco primeiras palavras que surgiam à mente a partir do termo indutor “pobreza” e “bolsa família”. Os resultados foram submetidos à análise de similitude e prototípica por meio do software IRaMuTeQ. Quanto ao termo indutor pobreza aparece como possível elemento central a palavra “fome”, seguida dos elementos “miséria”, “dificuldade” e “tristeza”; mostrando que a multidimensionalidade da pobreza e os efeitos simbólicos não estão necessariamente atrelados ao capital monetário. No que se refere ao termo indutor “Bolsa Família”, o possível núcleo central é o elemento “ajuda” seguido dos elementos “benefício”, “importante”, “comprar”, “escola”, “água”, “comida”, “renda” e “assistência”. Tais aspectos de representação demonstram a perspectiva assistencialista das beneficiárias acerca do Programa. Os resultados apontam que programas de transferência de

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<119-140>, jul./dez. 2020

renda têm pautado suas estratégias de enfrentamento a pobreza em políticas unidimensionais, que priorizam o valor monetário em detrimento de garantias sociais. Além disso, salienta-se que apesar de necessários para garantir condições mínimas de dignidade para a população, os programas de transferência de renda têm baixo potencial de mudança na estrutura social, tendo em conta, o valor monetário oferecido aos beneficiários.

Palavras-chave: políticas públicas, vulnerabilidade social, representação social.

Introdução

Em primeira instância, define-se aqui pobreza enquanto fator multidimensional, indicando que este fenômeno está para além do fator monetário e poder de compra dos indivíduos. O termo pobreza vem sendo substituído pelo conceito de exclusão social desde a década de 1980, em uma tentativa de desvincular o estigma da pobreza da insuficiência financeira (RODRIGUES et al., 1999). No entanto, opta-se pelo uso do termo pobreza neste estudo, devido a popularidade conceitual da palavra, que reflete e influencia nas representações sociais dos sujeitos da pesquisa.

A multidimensionalidade da pobreza indica a rede de opressões que se articula sobre os indivíduos cerceando necessidades básicas de alimentação, moradia, segurança, educação, lazer e saúde (CIDADE et al., 2012). Segundo o IBGE (2019), atualmente, 13,5 milhões de pessoas sobrevivem com até 145 reais mensais. Entretanto, ainda que a pobreza no Brasil seja reconhecida, em alguns segmentos sociais formaram-se representações sociais do pobre enquanto indivíduo privilegiado por políticas públicas de transferência de renda (YASBEK, 2012). Este estereótipo advém da criação e manutenção de programas oferecidos pelo Estado para o combate à extrema pobreza.

As políticas públicas de transferência de renda começaram a ser pensadas no Brasil na década de 1970, com transferências monetárias à produtores rurais. No entanto, ganham fôlego e entram em ascensão nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As primeiras iniciativas se deram em âmbito municipal, o que fez com que municípios mais ricos dispusessem de mais renda para transferência (FONSECA; ROQUETE, 2018). O modelo adotado pelo Brasil partia do princípio da garantia do mínimo existencial. Entre os programas municipais podemos citar o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) criado em 1997 e implementado em 1998, que tinha por objetivo atender famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que tivessem filhos nas escolas. O programa recebia 50% do financiamento do Governo Federal e 50% do município (PEREZ, 2016).

Com a experiência dos municípios, o Governo Federal aderiu à modalidade de

transferência de renda como política pública e criou diversos programas, entre eles o programa bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio gás, programa de erradicação do trabalho infantil, entre outros. Os programas tinham como condicionalidades a frequência escolar de crianças e adolescentes, o não exercício do trabalho por estes e o cuidado com a saúde, identificados por meio do pré-natal e vacinação infantil. A fragmentação dos programas gerou diversos cadastros e como resultado, custos burocráticos. Na tentativa de evitar tais fragmentações, no ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cria-se o Programa Bolsa Família que unifica os programas de transferência de renda (FONSECA; ROQUETE, 2018).

O programa gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (atualmente transformado em Secretaria Especial do Desenvolvimento Social), em parceria com os Estados e municípios, continua a manter as condicionalidades da transferência de renda aos direitos sociais básicos de alimentação, educação, assistência social e saúde. As prefeituras são responsáveis pelo Cadastro Único das famílias, instrumento que possibilita aos gestores conhecer a realidade do território. Com base nessas informações são selecionadas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (WEISSHEIMER, 2006). Podem ser beneficiados/as por essa política de transferência de renda famílias com renda per capita inferior à 89,00 reais mensais, ou entre 89,01 e 178,00 reais mensais, desde que tenham em sua composição membros de 0 a 17 anos. O valor destinado a cada família depende do número de pessoas, idade dos membros, presença de gestantes, e da renda da família beneficiária (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2020)

No Programa Bolsa Família, assim como nos programas anteriores a este, a pessoa responsável pela família e também titular do benefício deve preferencialmente ser uma mulher. No ano de 2016, 92% das famílias beneficiadas tinham como titular uma mulher (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019), fato que tem gerado críticas do campo de estudos feministas. Dal'Igna et al. (2019), apontam que esse modelo de concessão de benefício e as condicionalidades referentes a ele reforçam estereótipos de feminilidade ligadas ao cuidado e a idealização da maternidade. Além disso, corroboram com o modelo de família nuclear cis-hetero-patriarcal e com perspectivas cristalizadas em que homens são dominadores e mulheres dominadas. Bartholo, Passos e Fontoura (2019), contrapõem esse argumento ao apontar que mesmo diante desse cenário há indicativos de que o acesso a renda financeira tem se mostrado como importante fator de decisão e autonomia das mulheres titulares em seus lares.

No entanto, o engajamento no trabalho produtivo remunerado tende a ficar comprometido, principalmente quando as mulheres estão alocadas no setor informal, onde há uma tendência da redução de horas de trabalho remunerado e aumento do trabalho reprodutivo doméstico, pois as condicionalidades do Programa demandam maior atenção da mulher, em especial se ela for titular do benefício, no cuidado com a família. Em contrapartida, os dados empíricos não indicam que a transferência de renda afete negativamente a busca por trabalho produtivo para os homens beneficiados pelo Programa Bolsa Família (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019).

A criação do Bolsa família e suas condicionalidades, a feminilidade estereotipada e o ganho em autonomia alcançado com o benefício, somado a precariedade da renda per capita dos assistidos demonstram a complexidade do fenômeno da pobreza. Rita Mae Brown, já em 1974, apontava que classe estava muito além dos tradicionais problemas monetários apresentados pela teoria marxista. Para a autora, classe envolve o comportamento, ou melhor, como você é ensinado a se comportar, quais as expectativas que você tem sobre si e sobre os outros, como você entende seus problemas e os resolve, como age, pensa e sente (HOOKS, 2018).

Com isso, a autora chama atenção para os cruzamentos opressores que se articulam com a classe social, em especial raça e gênero. Podemos citar como exemplo as esterilizações forçadas de mulheres negras no Brasil na década de 1980 (WERNECK, 2016), o aumento em 54,8% de feminicídios dessa parcela da população enquanto há uma redução de 9,6% no caso de mulheres brancas (WAISELFISZ, 2015), ou ainda, a precariedade de trabalho que coloca as mulheres negras na base da pirâmide de vulnerabilidade, seguida por homens negros, mulheres brancas e tem em seu topo os homens brancos (IPEA, 2017).

Busca-se com esses dados apontar que mesmo com o uso de programas de transferência de renda para equiparar condições sociais ou garantir condições mínimas de sobrevivência, é preciso que a pobreza seja pensada para além do fator monetário. Djalma Ribeiro (2018) confirma a necessidade de pensarmos as condições sociais que permitem que determinados grupos acessem condições de cidadania, demonstrando que pessoas negras, em especial as mulheres, terão uma experiência distinta de pessoas brancas. Com isso, podemos afirmar que as representações sociais de um grupo estão intimamente atreladas a maneira como estão localizados espacialmente e a forma como vivenciam essas experiências (JODELET, 2001).

Ao analisar a pobreza a partir do enfoque multidimensional, considera-se que além da

insuficiência monetária, os efeitos da pobreza interferem na subjetividade e identidade dos indivíduos. No entanto, as políticas e ações que tem por objetivo a redução da pobreza, ainda se sustentam a partir de análises unidimensionais sobre os efeitos desta, e por esse motivo tem como base, sobretudo, o critério monetário (MILANI; PAWLOWYTSCH, 2009). A maneira como o Programa Bolsa Família se estrutura levanta críticas e apontamentos ao caráter assistencialista e neoliberal do programa, que segundo Silva (2007), funciona como política compensatória, emergencial e insuficiente para seus beneficiários. Nesse sentido, a transferência monetária serviria como “prêmio de consolação” e não enfrentaria problemas estruturais advindos da própria política neoliberal.

Dal’Igna et al. (2019), problematizam o fato de que essas políticas instituem modos de viver a vida para a população a que se dirige. Modos que reafirmam lugares, funções e corpos (in)desejados. Dessa forma, ditam-se verdades colonizatórias sobre a gestão da vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Pensar estratégias de combate à pobreza pautadas em perspectivas unidimensionais resulta na criação de políticas públicas que desconsideram os saberes que circulam entre os próprios indivíduos que vivenciam a falta monetária e seus efeitos (MILANI; PAWLOWYTSCH, 2009). Nesse contexto, entende-se a necessidade de compreender a pobreza e os programas de transferência de renda na perspectiva desses sujeitos, por meio de seus saberes, representações e práticas sociais.

As representações sociais são conhecimentos construídos e compartilhados socialmente, sua origem envolve práticas sociais que afetam as vidas dos indivíduos, seu contexto social, cultural e suas experiências. Desta forma, as representações influenciam na identidade social dos indivíduos e grupos, e na forma como vivenciam a realidade, se organizam e orientam frente ao ambiente social (JODELET, 2001; JODELET, 2005). Para a autora, as representações estão conectadas com o social devido a sua característica multidimensional, portanto, variam conforme seu compartilhamento, suas características, funções e por seu caráter prático, na ação estabelecida com o meio (JODELET, 2001).

No entanto, apesar das representações sociais serem conhecimentos compartilhados entre determinados grupos e indivíduos, ainda estão subjugadas às normas sociais vigentes. Por esse motivo, algumas representações são mais difíceis de serem acessadas, sobretudo quando relacionadas à fenômenos de exclusão social, estereótipos e preconceitos, à exemplo, a pobreza. Esses elementos representacionais contra normativos de difícil identificação são chamados de zona-muda e podem ser acessados por meio de técnicas específicas de coleta de dados (MENIN, 2006).

Ainda, Abric (2001) aponta para a existência de dois sistemas de estruturação interna das representações sociais: o núcleo central e os elementos periféricos. O primeiro trata-se do elemento fundamental da representação, por ser ele quem determina seu significado. O núcleo central possui duas funções principais, a função geradora, por criar ou transformar a significação dos elementos representacionais, dando sentido a representação, e a função organizadora, por ser o núcleo que determina o vínculo dos elementos da representação, unificando-os e estabilizando-os (ABRIC, 2001). O segundo sistema de estruturação interna das representações sociais é formado pelos elementos periféricos, sendo estes os conteúdos mais acessíveis. É esse sistema que media as experiências dos indivíduos, sua realidade social e cultural com suas representações sobre os fenômenos que vivencia (FLAMENT, 2001).

Nesse contexto, existem alguns estudos que buscam conhecer representações sociais da pobreza. Souza Filho (2009) verificou em sua pesquisa que as representações sociais da pobreza são permeadas pela história e cultura dos grupos. Foram entrevistados 90 participantes, destes 43 autodeclarados brancos e 47 autodeclarados negros. Os participantes autodeclarados brancos caracterizaram ser pobre a partir da condição financeira e sustento (moradia, alimento), enquanto os autodeclarados negros enfatizaram aspectos da pobreza por meio do constrangimento civil e vantagem/desvantagem. Para acabar com a pobreza, os participantes apontaram a responsabilidade do governo na distribuição de renda e a necessidade de solidariedade entre os pobres.

Em outra pesquisa realizada por Milani e Pawlowytsch (2009) analisaram as representações sociais dos sujeitos que vivem em condição de pobreza no Planalto Norte de Santa Catarina. Como resultado os autores destacam que as 115 mães participantes do estudo e beneficiárias do Programa Bolsa Família compreendiam a pobreza a partir de uma visão multidimensional. Além da ausência de renda, as representações abrangeram questões relativas ao desenvolvimento da região e ao envolvimento social, em que quanto menos ativo nas decisões sociais, mais o sujeito enxerga-se como pobre. Nesse contexto, a falta de dinheiro, falta de oportunidade, falta de liberdade e a indiferença social se fazem presentes. A pesquisa apontou ainda que as participantes entendem a pobreza como resultado da falta de estudos, que por sua vez, geram a falta de oportunidades de trabalho.

A partir dos dados apresentados entende-se como importante conhecer as representações sociais das próprias pessoas em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias de programas de transferência de renda, a fim de firmar políticas públicas não colonizatórias sobre modos de vida periféricos. Diante disso, a presente pesquisa teve como

objetivo compreender as representações sociais da pobreza e do bolsa família para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda.

Método

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, cujo delineamento é exploratório e descritivo, com corte transversal. Participaram deste estudo 26 mulheres que fazem parte de algum programa social de transferência de renda, seja em âmbito municipal ou estadual, residentes de um município do Sul de Santa Catarina e usuárias do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O CRAS é a porta de entrada da assistência social, é nessa instituição que se realiza o Cadastro Único, seleciona-se as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e verifica-se o cumprimento das condicionalidades (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

As participantes foram selecionadas por amostragem por conveniência, tendo em vista que todas faziam parte de um projeto de extensão ao qual uma das pesquisadoras era extensionista. Após autorização dos professores extensionistas e do Comitê de ética, as mulheres foram convidadas a participar e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados ocorreu em uma sala única (do projeto de extensão), com todas as mulheres (cada uma com seu questionário), com duração média de 30 minutos. Os instrumentos de coleta de dados foram um teste de associação livre, em que as participantes foram solicitadas a escrever as cinco primeiras palavras que surgiam à mente a partir do termo indutor “pobreza” e “bolsa família” e um questionário de caracterização das participantes. Além do teste de evocações, foram incluídas na análise as variáveis renda, configuração familiar e faixa etária. Para a coleta de dados os itens do questionário e teste de evocações foram lidos em voz alta e a pesquisadora se colocou disponível para eventuais dúvidas.

Sobre as estratégias de análise, as evocações foram organizadas em um único corpus inserido no programa informático IRaMuTeQ 0.7, que foi submetido a análise de similitude, responsável por identificar a co-ocorrência entre às palavras evocadas, e análise prototípica, que cria um diagrama para fornecer hipóteses sobre os elementos que constituem o núcleo central e sistema periférico da representação (CAMARGO; JUSTO, 2013). Os dados de caracterização das participantes passaram por análise via estatística descritiva.

Resultados

A partir do teste de associação livre, para o termo indutor “bolsa família” ocorreram 130 evocações de palavras, e para o termo indutor “pobreza” ocorreram 127 evocações. A média de idade das participantes foi de 26 anos (DP = 8,56 anos), sendo a idade mínima 18 anos e a idade máxima 65 anos. A renda média foi inferior à um salário mínimo (M= 275,00; DP=11,32 anos). A maior parte das participantes possuem ensino fundamental incompleto (M=24).

Termo indutor pobreza

A partir dos resultados obtidos identificaram-se 127 evocações de 65 palavras diferentes. A frequência média das evocações foi de 3,5 e a ordem média de evocação (OME) foi de 2,62. Os dados estão apresentados na Tabela 1, juntamente com às palavras evocadas.

Tabela 1 - Diagrama das evocações a partir do termo indutor “pobreza” (n=26)

OME > 2,62				OME < 2,62		
	Elemento	F	OME	Elemento	F	OME
<i>f</i> ≥ 3,5	Fome	16	1,4	falta	8	3,8
	Dificuldade	7	2,6	tristeza	6	2,7
	Comida	4	2			
	Miséria	4	2,2			
<i>f</i> < 3,5	Infância	3	1,7	frio	3	3,3
	Brasil	2	2,5	descaso	2	4
	Filhos	2	2	cobertor	2	5
	Desigualdade	2	1	sofrimento	2	4
	Alimentação	2	1	saúde	2	3,5
	Desemprego	2	1,5	água	2	4
				injustiça	2	4
				sede	2	3
			casa	2	4	

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 1 observa-se no quadrante superior esquerdo a presença dos

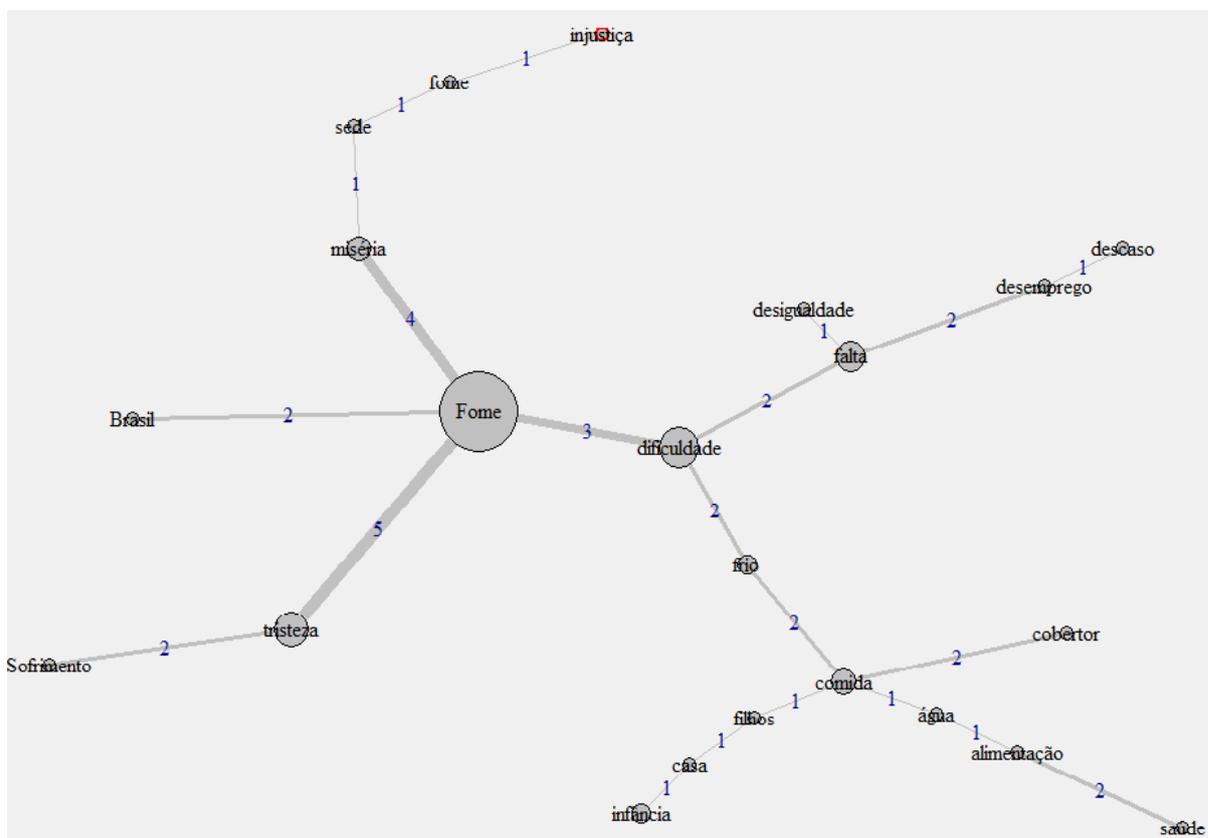
elementos que possivelmente organizam a representação social da “pobreza”. O quadrante superior esquerdo engloba os elementos mais prováveis de constituir o núcleo central da representação, por serem os mais frequentes e por serem evocados primeiramente pelos sujeitos (SÁ, 1996). Neste quadrante, destacam-se os elementos *fome, dificuldade, comida e miséria*, sendo estes os prováveis elementos centrais da representação. São evocações relacionadas a aspectos objetivos que remetem ao sofrimento ético-político vinculado à pobreza.

Os elementos do quadrante superior direito e inferior esquerdo têm uma posição intermediária, indicam elementos que não compõem o núcleo central, mas estão próximos a ele. Compõem a periferia próxima e são a parte mais acessível da representação (ABRIC, 2003). Os elementos que compõem o quadrante superior direito são *falta e tristeza*, e observa-se a evocação do elemento *falta* com maior frequência. Dentre os elementos do quadrante inferior esquerdo destacam-se: *infância, Brasil, filhos, desigualdade, alimentação e desemprego*, sendo que os elementos *infância* e *Brasil* são evocados com maior frequência. Identifica-se evocações relativas à condição tangível de falta na vida das participantes, seja de alimentação, igualdade ou emprego. Essa falta desperta o sentimento de tristeza, por estar presente na própria infância, mas também na infância dos próprios filhos, o que denota que a situação de pobreza se mantém por gerações.

O quadrante inferior direito é composto pela periferia distante do núcleo central. Conforme a Tabela 1, a periferia distante é composta pelos elementos relacionados às consequências da falta de dinheiro, aspectos que faltam ao pobre e posicionamento atitudinal em relação à pobreza, como *descaso, cobertor, sofrimento, saúde, água, injustiça, sede, fome e casa*. Neste quadrante, o elemento *frio* apresenta maior frequência.

Os dados também passaram por uma análise de similitude que apresenta uma representação gráfica, denominada árvore (Figura 1), que mostra a relação entre as palavras a partir de um filtro mínimo de co-ocorrências (número de ligações entre dois elementos específicos). Nos vértices, encontram-se as palavras com alta organização do corpus e nas arestas, a co-ocorrência entre as palavras evocadas, o valor numérico indica o grau de conexão (SÁ, 1996).

Figura 1 - Árvore dos elementos associados à “pobreza”. (n=26).



Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 1 são indicadas as palavras que apresentaram co-ocorrência acima de 1 (um). O elemento *fome* está conectado aos elementos *miséria*, *dificuldade*, *tristeza* e *Brasil*. O elemento *dificuldade* está ligado aos elementos *fome*, *frio* e *falta*, que por sua vez, se liga à *desigualdade* e *desemprego*. O elemento *comida* organiza os elementos *frio*, *cobertor*, *filhos* e *água*, que se conecta ao elemento *alimentação*. A palavra *desemprego* está conectada ao elemento *descaso*, enquanto a categoria *casa* está conectada à *infância*. A forte conexão entre o elemento organizador *fome*, com os demais elementos indicam que a representação social das mulheres com relação à pobreza se organiza a partir deste elemento.

Termo indutor Bolsa Família

A partir dos resultados obtidos pelo termo indutor “Bolsa Família” identificaram-se 130 evocações de 58 palavras diferentes. A frequência média das evocações foi de 3,8 e a ordem média de evocação (OME) foi de 2,82. A Tabela 2 indica os elementos evocados com sua frequência e OME.

Tabela 2 - Diagrama das evocações a partir do termo indutor “bolsa família” (n=26)

OME > 2,82			OME < 2,82		
Elemento	F	OME	Elemento	F	OME
Ajuda	16	1,8	comprar	9	3,1
			renda	4	3,2
Alimentação	3	2	luz	3	5
Benefício	3	2,3	água	3	4
Alegria	2	2	comida	2	3,5
Direito	2	2,5	gratidão	2	3
<i>f</i> < 3,8 Sustento	2	1	contas	2	4
Remédio	2	2,5	roupa	2	3
Educação	2	1,5	pagar	2	3,5
Feliz	2	1	assistência	2	3
Felicidade	2	2	comida	2	4
			escola	2	4
			gás	2	4
			importante	2	3
			estudo	2	5

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 2 observa-se no quadrante superior esquerdo a presença do elemento que possivelmente organiza a representação social do “bolsa família”. Neste quadrante, destaca-se *ajuda*, sendo este o provável elemento central da representação. É possível verificar que a palavra prontamente evocada e com maior frequência associa o benefício à condição passiva da solidariedade.

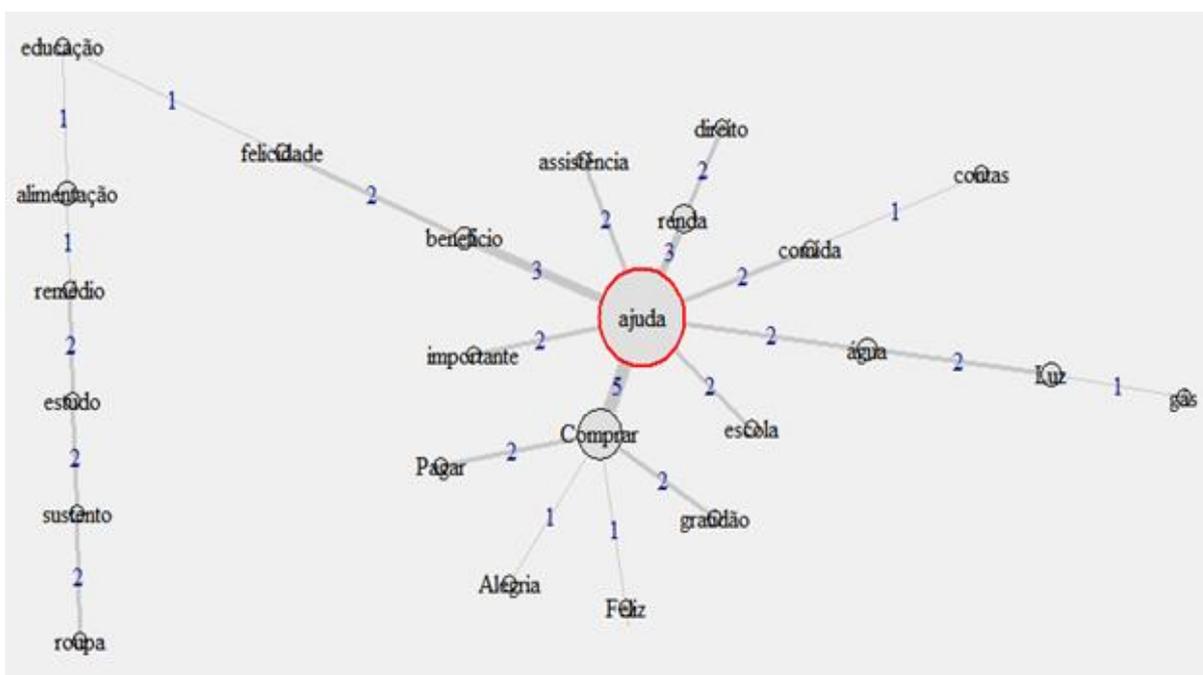
Os elementos do quadrante superior direito e inferior esquerdo compõem a periferia próxima, e são a parte mais acessível da representação (ABRIC, 2003). Os elementos que compõem o quadrante superior direito são *comprar* e *renda*, e observa-se que o elemento *comprar* é evocado com maior frequência. Dentre os elementos do quadrante inferior esquerdo destacam-se: *alimentação*, *benefício*, *alegria*, *direito*, *sustento*, *remédio*, *educação* e *felicidade*, sendo que os elementos *alimentação* e *benefício* são evocados com maior frequência. Surge, portanto, elementos relacionados à superação das dificuldades monetárias

decorrentes da pobreza, que possibilitam a compra de itens de subsistência e geram alegria/felicidade.

O quadrante inferior direito é composto pela periferia distante do núcleo central. Conforme a Tabela 2, a periferia distante é composta pelos elementos relacionados à bens e serviços necessários para a sobrevivência e que dependem de pagamento, como *luz*, *água*, *contas*, *roupa* e *pagar*. Neste quadrante, o elemento *luz* é evocado com maior frequência.

Os dados foram submetidos à análise de similitude, apresentada na Figura 2. Nos vértices encontram-se as palavras prontamente evocadas que organizam o corpus, e nas arestas as co-ocorrências destas palavras, com um valor numérico que representa o grau de conexão (SÁ, 1996).

Figura 2 - Árvore dos elementos associados à “bolsa família”. Filtro 1. (n=26).



Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 2 são apresentadas as palavras que apresentaram co-ocorrência acima de um. O elemento *ajuda* está conectado aos elementos *benefício*, *importante*, *comprar*, *escola*, *água*, *comida*, *renda* e *assistência*. O elemento *comprar* está ligado aos elementos *gradão*, *alegria*, *pagar* e *feliz*. O elemento *renda* encontra-se ligado ao elemento *direitos*, enquanto a palavra *comida* encontra-se relacionada às *contas*. A palavra *água* está conectada com o elemento *luz*, que por sua vez está vinculada ao elemento *gás*. O elemento *benefício* está associado à *felicidade*. A forte conexão entre o elemento organizador *ajuda* com as demais

palavras aponta que a representação social das mulheres com relação à Bolsa Família se organiza a partir desse elemento.

Dessa forma, as representações sociais das participantes sobre pobreza são elaboradas com um possível núcleo central marcado por aspectos objetivos do sofrimento ético-político, decorrente da situação de pobreza. Sendo os elementos periféricos decorrentes da condição tangível de falta que a pobreza ocasiona, além de marcar sua continuidade em diversas gerações. O sistema periférico mais distante das representações sociais da pobreza envolve às consequências da falta de dinheiro. Por fim, a fome surge como elemento organizador das representações de pobreza.

Em conformidade, as representações sociais do Bolsa Família apresentam um possível núcleo central marcada pela ajuda, em uma condição passiva de solidariedade, enquanto o sistema periférico consiste em elementos relativo às experiências decorrentes do benefício recebido, por meio da superação das dificuldades monetárias intrínsecas a situação de pobreza. Os elementos periféricos mais distantes do núcleo central envolvem bens e serviços que dependem de pagamento, e o Programa Bolsa Família surge como forma de garantir esses itens de subsistência.

Discussão

Os resultados demonstram que tanto para o termo indutor Pobreza, quando para o indutor Bolsa Família, torna-se imprescindível dissociar vulnerabilidade social como fator decorrente exclusivamente do fator monetário. Percebe-se que as participantes vinculam Pobreza ao elemento fome, subentendendo que caso dispusessem de posses econômicas poderiam solucionar tal problemática. No entanto, é preciso perceber os elementos periféricos evocados pela maioria das participantes apontam para uma zona muda de mazelas sociais, que estão atreladas ao “ser pobre” no atual sistema neoliberal, que deposita unicamente no sujeito a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso financeiro (CABRAL JÚNIOR; COSTA, 2017).

Pobreza, portanto, é uma privação multidimensional em que o sujeito se encontra em situação de privação de garantias de moradia, segurança, alimentação, lazer e saúde (SEM, 2010). É o que também demonstra a pesquisa de Milani e Pawlowytsch (2016), na qual a pobreza é compreendida pelos participantes como falta de oportunidades, indiferença social e da ausência de liberdade de escolha. As dificuldades ocasionadas pela situação de pobreza também são apresentadas no relato de extensão de Cavaler et al. (2019), em que as

participantes contam sofrer preconceito ao procurar emprego devido a visibilidade negativa do bairro em que moram, usando como estratégia para driblar essa situação, um endereço fictício. Afirmam ainda, que o fato de terem filhos pequenos dificulta a contratação, devido a crença do empregador sobre o maior nível de absenteísmo para este público.

Nesse sentido, vale retomar os estudo de bell hooks (2018), ao afirmar que a forma como os sujeitos experienciam situações de exclusão social se dá de maneira desigual por grupos diferentes, considerando os efeitos do racismo estrutural e de um sistema heteropatriarcal que posiciona sujeitos de maneira desigual na hierarquia social. Como apontado por Mollon (2011), a construção da subjetividade dos sujeitos está submetida às condições sociais, históricas e linguísticas, o sentimento de privação de possibilidades, ocasionado pela falta de recursos financeiros podem fazer com estes tenham suas vidas condicionadas a reprodução da lógica de pobreza.

Essa reprodução pode ocorrer pela inserção do indivíduo em uma realidade de opressão, que atrela a subjetividade dos indivíduos ao conformismo e apatia. O fatalismo, por vezes usados para culpar essa parcela da população, é na verdade um efeito da subjetivação a partir da falta de possibilidades mínimas para uma vida digna (CIDADE; MOURA JUNIOR; XIMENES, 2012). Nesse sentido, Silva (2007) considera que as estratégias de transferência de renda pouco, ou nada, modificam nessa realidade. A autora entende que os critérios de renda desses programas são problemáticos, pois atendem somente uma parcela da população em extrema vulnerabilidade. Ademais, entende que o valor irrisório oferecido à essas famílias não dão conta de retirá-las, nem mesmo temporariamente, da situação de extrema pobreza.

Os efeitos da vulnerabilidade absoluta afetam não apenas o sujeito de maneira individual, mas todas as inter-relações que o circundam. Quando as entrevistadas trazem para a periferia de suas representações sociais elementos como “comida”, “água”, “frio”, “cobertor” e “saúde” deixam transparecer a falta de condições mínimas para a dignidade humana. Colaborando com o suscitado por tais representações sociais, Buss (2007), aponta que os que têm os piores índices de renda, são também os que têm pior acesso a políticas públicas de habitação, água potável, saneamento, alimentação e serviços de saúde, o que segundo o autor caracteriza as iniquidades sociais e de saúde.

A reprodução da lógica de pobreza evidencia-se também pelos aspectos intergeracionais da vivência em situação de pobreza, em que as participantes a vivenciaram durante sua infância, e agora, seus filhos. Além disso, a evocação dos elementos periféricos “infância” e “filhos” remetem a uma preocupação com o bem estar destes, comparando-os

com suas próprias infâncias. Tais elementos reiteram a crítica feminista de que a maternidade é usada como política pelo Estado nos programas de transferência de renda, pois há a percepção de que mulheres tendem a usar o dinheiro em prol dos filhos e da família (DAL'IGNA et al. 2019). No entanto, também revela que essa norma se mantém, reforçada ou não pelo Estado, as mulheres desta pesquisa apresentaram elementos periféricos que implicam o papel de mãe cuidadora e sua preocupação com os filhos.

Como mencionado, apesar de depositar nas mães a responsabilidade pelo gestão da família, a criação dos programas de transferência de renda teve como objetivo auxiliar esse público em situação de miséria econômica a romper com o ciclo intergeracional da pobreza, prezando por condicionalidades de educação, saúde e não exercício do trabalho infanto-juvenil (FONSECA; ROQUETE, 2018). No entanto, o acesso à educação e políticas públicas de saúde não são suficientes para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Menos ainda, a pequena quantia monetária que chega aos beneficiados é suficiente para romper com a desigualdade social ocasionada pela concentração de renda. O que mostra que o programa serve como uma compensação, mas não é capaz de alterar a estrutura desigual que sedimenta a sociedade brasileira (RONZONI; CORRÊA, 2017).

Entre os efeitos da pobreza está a desqualificação social perpetrada pela estigmatização dos pobres, culpabilizando estes sujeitos pelo seu insucesso financeiro (CIDADE; MOURA JUNIOR; XIMENES, 2012), adotando perspectivas meritocratas que desconsideram as estruturas sociais que mantêm a desigualdade social. Essas representações sociais, por vezes, são partilhadas também pelos grupos formados por pessoas em situação de pobreza, o que aumenta a dificuldade no enfrentamento da miséria e reforça o ciclo intergeracional da pobreza, devido a construção subjetiva do sujeito que introjeta um sentimento fatalista em relação a sua situação de vulnerabilidade social. Em muitos casos, tais sujeitos têm um discurso marcado pelo conformismo mesmo em condições deploráveis de existências e dentro de um regime opressor (MARTÍN-BARÓ, 1998/2016).

Tal discurso fica evidente quando aparece, nesta pesquisa, como possível núcleo organizador das representações sociais o termo ajuda, referindo-se ao programa de transferência de renda Bolsa Família. Esta representação evidencia o desconhecimento do programa como direito, demarcando uma concepção assistencialista do dispositivo. Neste ponto podemos observar que as representações sociais das participantes podem contribuir para a manutenção da pobreza, mesmo que não reflitam a realidade das políticas públicas enquanto direito dos sujeitos vulneráveis. Aparecem ainda como elementos periféricos as palavras

“benefício”, “assistência” e “gratidão”. Martin Baró (1998/2016) aponta que o sentimento fatalista, comum às sociedades latino-americanas, faz parte de um sistema ideológico reforçado por instituições sociais e processos de socialização, marcados por exploração e opressão, que “ensinam” indivíduos pobres seu lugar social e a ineficiência de sua luta cotidiana. Desse modo, garantem a manutenção das estruturas de poder.

Ademais, é preciso acrescentar que não se concebe, no presente trabalho, a passividade, ou o sentimento fatalista, como responsabilidade individual, mas como resultado de uma estrutura social que não garante meios para que os sujeitos pobres se conscientizem sobre a realidade social que os circunda e hajam ativamente para a mudança. Ademais, fazendo uma releitura de bell hooks (2018), podemos inferir que a passividade não é exclusividade dos pobres, visto que pessoas com maior poder aquisitivo, em especial as pessoas brancas, tendem a não perceber seus privilégios. A passividade, diante dos privilégios ou da miséria, se mostra como um efeito que garante a manutenção da ordem social estabelecida.

A extrema miséria faz com que mesmo diante do baixo valor monetário dos programas de transferência de renda, manifestem-se como elementos periféricos as palavras “comprar”, “pagar”, “comida”, “água”, demonstrando que mesmo sendo um valor insuficiente é, em muitos casos, a única possibilidade de renda das famílias beneficiárias. Além disso, a imersão da palavra “escola” vinculada provavelmente a condicionalidade dos programas, reflete a atenção da família para a educação dos filhos. Apesar de o Programa Bolsa Família não se estruturar de modo a ser capaz de desarticular as estruturas sociais que mantêm a pobreza, a eficiência do programa é praticamente inquestionável no que diz respeito a sua capacidade de combate à fome (STUMPF; BERGER, 2019), que surge como possível elemento organizador da representação social sobre pobreza no presente estudo. Além disso, tem-se projetado um cenário para o Brasil de aumento da escolaridade média, devido às condicionalidades do Programa Bolsa Família (SILVA, 2015)

Evidencia-se, portanto, que o programa Bolsa Família auxilia no combate às dificuldades decorrentes da situação de extrema pobreza vivenciada pelas participantes da pesquisa. Apesar das condicionalidades do programa relacionadas à educação serem relativamente efetivas, o programa se apresenta, sobretudo, de maneira unidimensional, correspondendo a representações sociais construídas sob o quesito monetário. Desse modo, adota uma política assistencialista, em que o valor da transferência financeira não garante condições de vida digna para suas beneficiárias. Situação que denota a perpetuação do ciclo

da pobreza e o fatalismo problematizado por Martin-Baró (1998/2016).

Considerações finais

A presente pesquisa permitiu a problematização da pobreza enquanto fator multidimensional, que assola famílias de baixa renda e tem nas políticas de transferência de renda estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades. As representações sociais apresentadas a partir da análise dos termos indutores “Pobreza” e “Bolsa Família”, evidenciaram que as participantes dessa pesquisa associam a vulnerabilidade a qual estão submetidas a fatores objetivos como a fome e o frio, mas também subjetivos como tristeza, dificuldade e sofrimento.

Contrapondo não só as subjetividades apresentadas pelas participantes da pesquisa, mas também a multidimensionalidade já apresentada na revisão de literatura, as políticas de transferência de renda têm adotado medidas unidimensionais no combate a extrema pobreza, que consideram o fator monetário uma maneira eficiente para o enfrentamento dessa problemática. Ademais, o baixo valor empregado no benefício mostra-se insuficiente para o suprimento das necessidades básicas, logo tem baixo impacto no que tange a melhora da situação de pobreza e conseqüente mobilidade social.

Mesmo diante desses fatores, as participantes associam o Bolsa Família a uma “ajuda” por parte do Estado e exprimem o sentimento de “gratidão”. Desconsideram assim, que o referido programa é um direito civil que visa atender as garantias instituídas na Lei Orgânica de Assistência Social, e que chega até elas quando diversos outros direitos de seguridade social já foram violados. Tendo suas subjetividades atreladas a passividade diante do assistencialismo e a pobreza intergeracional, essas mulheres podem apresentar dificuldades de romper com o ciclo de vulnerabilidade social que atravessa suas vidas.

A não efetividade de mudanças nas estruturas sociais, haja vista o baixo valor monetário empregado nos programas de transferência de renda, faz com que esse tipo de política pública pouco, ou nada, influencie na mobilidade e ascensão de classe. Com isso, tem se mostrado como articulação emergencial para situações de extrema miséria e, por vezes, uma medida neoliberal de controle sobre a população à baixo custo. Contudo, salientamos que apesar de o Bolsa Família não ser uma política pública emancipatória para situações de pobreza é indispensável para garantias mínimas de dignidade para essa população.

As estratégias de política pública devem ser pensadas em conjunto, por isso, garantir a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social perpassa por programas de

transferência de renda. Mas também por ampliação e investimentos na saúde, por educação de qualidade, democratização dos espaços de lazer e por garantias de trabalho formais não precarizados, para que esses sujeitos não sejam condicionados a instabilidade do trabalho informal.

A realização deste estudo permitiu reafirmar o que linhas teóricas críticas apontam sobre os programas de transferência de renda e a multidimensionalidade da pobreza, mas apontamos que novos estudos precisam ser feitos ampliando o número de participantes, e possivelmente estabelecendo critérios comparativos como idade, raça e gênero, para verificar se há diferenças de representações sociais quando se considera o fator geracional, a racialização das relações sociais e os estereótipos de gênero tradicionalmente associados a homens e mulheres.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF “POVERTY” AND “BOLSA FAMÍLIA” FOR WOMEN BENEFICIARY FROM INCOME TRANSFER PROGRAMS

Abstract

The present research aimed to identify the social representations of poverty and the family allowance for women beneficiaries of income transfer programs in a municipality in the south of Santa Catarina. 26 women participated in this study, selected by sampling by convenience. The free association test was used as a data collection instrument. The participants wrote the first five words that came to mind from the inducing term “poverty” and “family allowance”. The results were submitted to similitude and prototypical analysis using the IRaMuTeQ software. As for the term inducer poverty, the word “hunger” appears as a possible central element, followed by the element’s “misery”, “difficulty” and “sadness”; showing that the multidimensional of poverty and the symbolic effects that are not necessarily linked to monetary capital. Regarding the inductive term “Bolsa Família”, the possible central nucleus is the element “help” followed by the element’s “benefit”, “important”, “buy”, “school”, “water”, “food”, “income” and “assistance”. Such representation demonstrates the beneficiaries' assistance perspective regarding the Program. The results point out that income transfer programs have guided their strategies to face poverty in one-dimensional policies, which prioritize monetary value over social guarantees. In addition, it should be noted that although necessary to guarantee minimum conditions of dignity for the population, income transfer programs have little potential for changing social structures, taking into account the low monetary value offered to beneficiaries.

Keywords: public policies, social vulnerability, social representation.

REPRESENTACIONES SOCIALES DE "POBREZA" Y "BOLSA FAMÍLIA" PARA MUJERES BENEFICIARIAS DE LOS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE INGRESOS

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo identificar las representaciones sociales de la pobreza y la Bolsa Familia para las mujeres beneficiarias de los programas de transferencia de ingresos

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<119-140>, jul./dez. 2020

en un municipio en el sur de Santa Catarina. 26 mujeres participaron en este estudio, seleccionadas por muestreo por conveniencia. La prueba de asociación libre se utilizó como instrumento de recopilación de datos. Los participantes escribieron las primeras cinco palabras que surgieron del término inductor "pobreza" y "subsídio familiar". Los resultados se sometieron a análisis de similitud y prototipos utilizando el software IRaMuTeQ. En cuanto al término inductor de pobreza, la palabra "hambre" aparece como un posible elemento central, seguido de los elementos "miseria", "dificultad" y "tristeza"; mostrando que la multidimensionalidad de la pobreza y los efectos simbólicos que no están necesariamente vinculados al capital monetario. En cuanto al término inductivo "Bolsa Família", el posible núcleo central es el elemento "ayuda" seguido de los elementos "beneficio", "importante", "comprar", "escuela", "agua", "comida", "ingresos" y "asistencia". Dicha representación demuestra la perspectiva de asistencia de los beneficiarios con respecto al Programa. Los resultados señalan que los programas de transferencia de ingresos han guiado sus estrategias para enfrentar la pobreza en políticas unidimensionales, que priorizan el valor monetario sobre las garantías sociales. Además, debe tenerse en cuenta que, aunque es necesario para garantizar condiciones mínimas de dignidad para la población, los programas de transferencia de ingresos tienen poco potencial para cambiar las estructuras sociales, teniendo en cuenta el bajo valor monetario ofrecido a los beneficiarios.

Palavras-chave: políticas públicas, vulnerabilidad social, representación social.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 155-172.

ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. Goiânia: UCG, 2003.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Cadernos Pagu, Campinas, n. 55, p. 1-33, dez. 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100514&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 25 mar. 2020.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, nov./dez. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600019 . Acesso em: 26 mar. 2020.

CABRAL JÚNIOR, L. R. G; COSTA, E. D. P. Pobreza política e plano Brasil sem miséria. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 793-816, 2017. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/254> . Acesso em: 23 mar. 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2020.

CAVALER, C. M. et al. Mulheres e trabalho: reflexões sobre as desigualdades de gênero a partir da experiência do projeto amora. Diálogos, Brasília, v. 22, n. 1, p. 44-56, 2019.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<119-140>, jul./dez. 2020

Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/9113/6102%3E>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CIDADE, E. C.; MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20087/19367> . Acesso em: 10 mar. 2020.

DAL'IGNA, M. C. et al. Gênero, sexualidade e biopolítica: processo de gestão da vida em políticas contemporâneas de inclusão social. *Arquivo Analíticos de Políticas Educativas*, [s.l.], v. 27, n. 140, p. 1-26, abr. 2019.

FLAMENT, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 173-186.

FONSECA, A. M. M.; ROQUETE, C. Proteção Social e Programas de transferência de Renda: Bolsa Família. In: MONTALI, L. (Org.). *Caderno de pesquisa NEPP: Proteção social e transferência de renda*. Campinas: Núcleo de estudos de políticas públicas, 2018. p. 9-31.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos*. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> . Acesso em: 03 mar. 2020.

IPEA. Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada. *Retratos da desigualdade de gênero e raça - 1995 a 2015*. Brasília, DF: IPEA, 2017.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-41.

JODELET, D. *Loucuras e Representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998/2016.

MENIN, M. S. S. Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 43-52, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29843.pdf> . Acesso em: 07 mar. 2020.

MILANI, M. L.; PAWLOWYTSCH, P. W. M. As representações sociais e as implicações da pobreza no desenvolvimento do Planalto Norte Catarinense. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 235-260, nov. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5733102> . Acesso em: 02 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientações técnicas centro de referência de assistência social - CRAS*. Brasília: MDS, 2009.
Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<119-140>, jul./dez. 2020

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000400012&script=sci_arttext . Acesso em: 08 mar. 2020.

PEREZ, S. C. Programa Bolsa Família: avanços ou limites nas condições de vida dos beneficiários? In: 4º ENCONTRO INTERNACIONAL E 11º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 1., 2016, Vitória. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social...* [online], 2016. p. 1-14. Disponível em: <http://teste.periodicos.ufes.br/einps/article/view/12868> . Acesso em: 15 mar. 2020.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, E. V. et al. A pobreza e a exclusão Social: teoria, conceitos e políticas sociais em Portugal. In: *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Lisboa, v. 9, p. 63-101, 1999. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2566>> Acessado em 01 Abr. 2020.

RONZONI, R. S.; CORREA, M. P. O. O novo desenvolvimentismo e os programas de transferência de renda na América Latina: análise do Programa Bolsa Família. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 34-44, 2017. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10202> . Acesso em: 03 mar. 2020.

SÁ, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Bolsa família*. 2020. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/bolsa-familia> . Acesso em: 25 mar. 2020.

SEM, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das bolso, 2010.

SILVA, M. O. S. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 233-254, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3746/1800> . Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, M. O. S. *O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA FILHO, E. A. Pobreza e riqueza segundo o grupo sociocultural – um estudo de representações sociais. *Psico*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 260-266, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5286/4540>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

STUMPF, J. H.; BERGER, C. R. O impacto do programa bolsa família no combate à fome e a desigualdade social no Brasil. *Revista Projeção, direito e sociedade*, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 43-51, 2019. Disponível em:

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 57, p.<119-140>, jul./dez. 2020

<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/1510/1150> . Acesso em: 28 mar. 2020.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLASCO, 2015.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa família: avanços, limites e possibilidade do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Perceu Abramo, 2006.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2016.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 28 mar. 2020.

Data de recebimento: 06/04/2020

Data de aceite: 10/08/2020

Sobre os autores:

Camila Cavaler é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Endereço Eletrônico: camilamaffioleticavalera@gmail.com

Marieli Mezari Vitali é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Endereço Eletrônico: marielimezari@gmail.com

Maiara Landro é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Endereço Eletrônico: maiaraleandro_psico@hotmail.com

Luiz Felipe Quadros é Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Psicólogo pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Endereço Eletrônico: luizfelipequadros@hotmail.com

Amanda Castro é Professora vinculada ao departamento de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Endereço Eletrônico: amandacastrops@gmail.com

Jacks Soratto é Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Endereço Eletrônico: jacks@unesc.net